

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.^a SL

Aos 30 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na Sala 3 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte – 10h

Audição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN) do Conselho Económico e Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD:

- Conselheiro Manuel Lemos, Presidente da CEPIN;
- Conselheira Ana Drago, Coordenadora do Grupo de Trabalho Plurianual sobre a Situação Demográfica em Portugal.

II Parte – 11h

Audição do Grupo de Trabalho dedicado à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, constituído no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD:

- Miguel Cabrita, Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional.

III Parte – 12h

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 89, de 23 de junho de 2021;
2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;
3. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o [Projeto de Lei n.º 5/XIV/1.^a \(PCP\)](#) - «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)» e o [Projeto de Lei n.º 76/XIV/1.^a \(BE\)](#) - «Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (16.^a alteração ao Código do Trabalho)»;
Deputada autora do parecer: Rita Borges Madeira (PS);
4. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o [Projeto de Lei n.º 43/XIV/1.^a \(PCP\)](#) - «Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», o [Projeto de Lei n.º 47/XIV/1.^a \(BE\)](#) - «Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (Décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro)», o [Projeto de Lei n.º 79/XIV/1.^a \(PEV\)](#) - «Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (16.^a alteração ao Código de Trabalho)» e o [Projeto de Lei n.º 536/XIV/2.^a \(PAN\)](#) - «Assegura mais tempo de lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e à décima terceira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho»;
Deputada autora do parecer: Cristina Mendes da Silva (PS);
5. Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 525/XIV/2.^a \(PCP\)](#) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»;
Deputado autor do parecer: Eduardo Barroco de Melo (PS);

Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.^a SL

6. **Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 825/XIV/2.^a \(PCP\)](#) - «Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, reforçando os direitos dos trabalhadores (17.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)»;
Deputada autora do parecer: Carla Barros (PSD);**
 7. **Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 213/XIV/2.^a](#), da iniciativa de Hugo Miguel Tavares Pereira e outros (116 assinaturas) - «Alteração da idade da reforma para os 55 anos de idade, para deficientes com incapacidade permanente superior a 60%»;
Deputada relatora: Carla Madureira (PSD);**
 8. **Outros assuntos**
-

I Parte – 10h

Audição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN) do Conselho Económico e Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD:

- **Conselheiro Manuel Lemos, Presidente da CEPIN;**
- **Conselheira Ana Drago, Coordenadora do Grupo de Trabalho Plurianual sobre a Situação Demográfica em Portugal.**

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início à reunião da 10.^a Comissão, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam por videoconferência, explicando a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, e dando as boas-vindas ao Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN) do Conselho Económico e Social, Conselheiro Manuel Lemos, e à Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho Plurianual da CEPIN sobre a Situação Demográfica em Portugal, Conselheira Ana Drago, enquadrando a sua presença, através da plataforma *Skype Empresas*, no âmbito do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar (GP) do PSD. Posto isto, concedeu a palavra à Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) para a respetiva apresentação, a que se seguiram as intervenções iniciais e sucessivas do Conselheiro Manuel Lemos e da Conselheira Ana Drago.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Cristina Mendes da Silva (PS), Clara Marques Mendes (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Morais Soares (CDS-PP). No final, a Conselheira Ana Drago respondeu de forma conjunta às questões formuladas, não sendo possível, por razões de ordem técnica, ouvir neste momento o Conselheiro



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

Manuel Lemos, solicitando-se que pudesse fazer chegar as suas respostas por escrito à Comissão, de forma a serem distribuídas por todos os Grupos Parlamentares.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, passou-se à segunda parte da reunião, nos seguintes termos:

II Parte – 11h

Audição do Grupo de Trabalho dedicado à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, constituído no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD:

- Miguel Cabrita, Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional.

O Senhor Presidente da 10.ª Comissão principiou por renovar a explicação sobre a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, e dando as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional (SEATFP), Miguel Cabrita, na qualidade de Cooordenador do Grupo de Trabalho dedicado à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, constituído no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), enquadrando a sua presença na sequência de um aditamento verbal do GP do PS ao supracitado requerimento apresentado pelo GP do PSD, ambos aprovados por unanimidade na reunião da CTSS de 12 de maio de 2021, e dando a palavra à Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS) para a respetiva exposição inicial, a que se seguiu a intervenção do Senhor Secretário de Estado, enquanto Cooordenador do Grupo de Trabalho da CPCS.

Na ronda dedicada aos Grupos Parlamentares, usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Sónia Fertuzinhos (PS), Lina Lopes (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP) e Pedro Morais Soares (CDS-PP). O Senhor Secretário de Estado, Miguel Cabrita, respondeu de forma conjunta às perguntas formuladas.

A [audição](#) foi gravada em suporte [áudio](#) e [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

Logo que concluída, passou-se de imediato à terceira parte da reunião, dedicada ao expediente, nos seguintes termos:

III Parte – 12h

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 89, de 23 de junho de 2021;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade.

2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Senhor Presidente deu conta que na última semana havia baixado à CTSS a Proposta de Lei n.º 100/XIV/2.ª (GOV) - «Autoriza o Governo a estabelecer os requisitos de acesso e de exercício da atividade dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios», inicialmente atribuída à 6.ª Comissão, e redistribuída à 10.ª Comissão a 25 de junho. Foi designada como relatora a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), com a ressalva de a discussão na generalidade estar já agendada para a sessão plenária de quarta-feira, 7 de julho, pelo que a apreciação e votação do parecer seria agendada para a reunião da Comissão desse mesmo dia. Por outro lado, foi comunicado que baixara igualmente à Comissão o Projeto de Lei n.º 887/XIV/2.ª (PAN) - «Altera o regime do despedimento coletivo, procedendo à décima sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro», não se procedendo, porém, à designação de relator neste caso, porque o debate em Plenário decorreria nesse mesmo dia.

Em segundo lugar, o Senhor Presidente informou que dera também entrada o Projeto de Resolução n.º 1368/XIV/2.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo que negocie, no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social, a revogação da presunção de aceitação de despedimento coletivo em virtude da aceitação da compensação paga pelo empregador», de igual modo agendado para a reunião plenária desse dia.

3. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o Projeto de Lei n.º 5/XIV/1.ª (PCP) - «Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)» e o Projeto de Lei n.º 76/XIV/1.ª (BE) - «Consagra as 35 horas**



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

como período normal de trabalho no setor privado (16.ª alteração ao Código do Trabalho)»;

Deputada autora do parecer: Rita Borges Madeira (PS);

A Senhora Deputada autora do parecer procedeu a uma apresentação sucinta do documento, aludindo ao poder de iniciativa da lei dos Deputados e dos Grupos Parlamentares e ao objeto, motivação e conteúdo dos projetos de lei. Concluiu pelo cumprimento das condições constitucionais e regimentais necessárias ao debate na generalidade, reservando a sua opinião política para Plenário.

Depois de o trabalho realizado ter sido saudado pelo Senhor Presidente, e também pelos GP do PCP e BE, que aproveitaram desde logo para cumprimentar e agradecer a todos os relatores o trabalho desenvolvido, este parecer foi aprovado por unanimidade.

4. **Apreciação e votação do parecer conjunto sobre o [Projeto de Lei n.º 43/XIV/1.ª \(PCP\)](#) - «Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (16.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», o [Projeto de Lei n.º 47/XIV/1.ª \(BE\)](#) - «Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (Décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro)», o [Projeto de Lei n.º 79/XIV/1.ª \(PEV\)](#) - «Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (16.ª alteração ao Código de Trabalho)» e o [Projeto de Lei n.º 536/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - «Assegura mais tempo de lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e à décima terceira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho»;**
Deputada autora do parecer: Cristina Mendes da Silva (PS);

A Senhora Deputada autora do parecer procedeu à sua apresentação, fazendo menção ao poder de iniciativa da lei dos Deputados e dos Grupos Parlamentares e ao objeto, motivação e conteúdo das iniciativas, ao enquadramento jurídico nacional, às iniciativas legislativas e petições pendentes sobre matéria conexa, à submissão a apreciação pública, à apreciação dos requisitos formais, e ainda à avaliação sobre o impacto de género e a utilização de linguagem não discriminatória. Concluiu pelo cumprimento das condições constitucionais e regimentais necessárias ao debate na generalidade em Plenário.

Depois de o trabalho realizado ter sido também saudado pelo Senhor Presidente e pelo GP do PSD, que cumprimentou igualmente a Senhora Deputada responsável pelo ponto anterior, o parecer foi aprovado por unanimidade.



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.^a SL

5. **Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 525/XIV/2.^a \(PCP\)](#) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)»; Deputado autor do parecer: Eduardo Barroco de Melo (PS);**

O Senhor Deputado autor do parecer começou por fazer referência ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa e à apreciação dos requisitos formais, em especial às sugestões ínsitas na nota técnica quanto ao título. Depois de remeter a emissão da sua posição política para Plenário, e de confirmar a verificação dos pressupostos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua apreciação nessa sede, lembrou que esta iniciativa recuperava o conteúdo do Projeto de Lei n.º 11/XIV/1.^a (PCP) - «Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (16.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho)», rejeitado na generalidade na precedente sessão legislativa.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

Isto posto, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Grupos Parlamentares a apreciação imediata do parecer referente ao [Projeto de Lei n.º 767/XIV/2.^a \(NinscCR\)](#) - «Pelo reconhecimento do direito ao luto em caso de perda gestacional», que também competia ao Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS). Não se registando nenhuma oposição, o Senhor Deputado autor do parecer delimitou o âmbito do projeto de lei e reiterou também aqui a sugestão relativa ao título, alertando outrossim para que a discussão na generalidade não teria lugar nesse mesmo dia, ao contrário do que fora inicialmente ventilado. Reservando novamente a sua posição para Plenário, constatou mais uma vez o cumprimento dos requisitos formais indispensáveis à sua apreciação. De novo expressamente com os agradecimentos do Senhor Presidente e com os cumprimentos do GP do PSD quanto a ambos os documentos, também este parecer foi aprovado por unanimidade.

6. **Apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 825/XIV/2.^a \(PCP\)](#) - «Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, reforçando os direitos dos trabalhadores (17.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprova o Código do Trabalho)»; Deputada autora do parecer: Carla Barros (PSD);**



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.^a SL

Foi então concedida a palavra à Senhora Deputada Carla Barros (PSD), que de igual modo procedeu a uma breve enunciação do parecer em apreço, traçando o âmbito e a análise da iniciativa e o seu enquadramento legal, a consulta pública e a conformidade com os requisitos constitucionais, regimentais e formais, chamando a atenção para a formulação do título e para as sugestões deixadas a este respeito pela nota técnica. Em conclusão, pugnou pelo envio do documento ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Após os cumprimentos do Senhor Presidente e do GP do PS, o parecer foi de igual modo aprovado por unanimidade.

7. **Apreciação e votação do relatório final da [Petição n.º 213/XIV/2.^a](#), da iniciativa de Hugo Miguel Tavares Pereira e outros (116 assinaturas) - «Alteração da idade da reforma para os 55 anos de idade, para deficientes com incapacidade permanente superior a 60%»;**
Deputada relatora: Carla Madureira (PSD);

A Senhora Deputada relatora resumiu o objeto e conteúdo da petição, fazendo alusão às iniciativas sobre este assunto que se encontravam pendentes na Comissão e aos contributos recebidos nesse âmbito, e bem assim à intenção da Comissão promover uma audição pública dedicada ao estudo prometido pelo Governo, que continuava sem ser remetido ao Parlamento, mau grado as diversas insistências efetuadas, o que obrigara até ao adiamento da iniciativa para a sessão legislativa seguinte. Com efeito, concluiu constatando a verificação dos requisitos formais aplicáveis, recomendando a distribuição da petição por todos os Deputados e também pelo Governo, a quem fora solicitada informação sobre a matéria, até hoje sem resposta.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, já depois de o Senhor Presidente e também os GP do PS e do PCP terem saudado expressamente o trabalho levado a cabo pela Senhora Deputada relatora.

8. Outros assuntos

- **Requerimento do GP do PCP para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) sobre «atropelos aos direitos dos trabalhadores de empresas contratadas pelo Estado para a prestação de serviços»;**



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

Neste âmbito, e realçando que o requerimento dera entrada na Comissão já depois do envio das convocatórias, na manhã da sexta-feira anterior, o Senhor Presidente colocou à consideração dos Grupos Parlamentares a possibilidade de este ser discutido já nesta reunião.

A este respeito, e mesmo reconhecendo a importância do assunto, a Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS) referiu que o seu Grupo Parlamentar não estava em condições de consumir este debate já na presente reunião, solicitando que este ponto pudesse integrar a Ordem do Dia da reunião subsequente.

Por sua vez, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) reconheceu que o requerimento dera entrada já depois de fixada a Ordem de Trabalhos, ainda que com bem mais do que 24 horas de antecedência, o mínimo regimental aplicável nestes casos. Posto isto, deu nota que o GP do PCP apresentara igual requerimento na 13.ª Comissão para audição, nos mesmos moldes, da Senhora Ministra do Estado e da Administração Pública, pedido esse que, apesar de também não constar dos agendamentos, fora já aprovado, inclusive com o voto a favor do GP do PS, concretizando-se com uma ronda prévia à audição regimental, a efetivar a 7 de julho. Assim sendo, recordando que ainda se encontrava em falta o agendamento de uma audição da Senhora MTSSS nesta sessão legislativa, apelou a que se pudesse proceder da mesma forma na CTSS.

O Senhor Presidente esclareceu que o requerimento dera entrada às 13h07 de sexta-feira, 25 de junho, já depois do envio da convocatória, e que se tinham envidado esforços no sentido de consumir a audição remanescente a 14 ou 21 de julho, eventualmente com uma ronda prévia dedicada a este tema, caso o requerimento viesse a ser aprovado.

De seguida, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) declarou que o GP do PSD nada tinha a opor, nem quanto ao requerimento do GP do PCP e à sua imediata apreciação, nem quanto ao aditamento de uma ronda extra à audição regimental da Senhora MTSSS ainda por cumprir, desde que tal não se traduzisse na redução da habitual grelha de tempos. A este respeito, o Senhor Presidente assegurou que seriam sempre



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

salvaguardados os tempos a utilizar na referida audição, tendo ainda clarificado que entre 14 e 21 de julho, não havia ainda data indicativa para a sua consumação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de julho de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



Comissão de Trabalho e Segurança Social

ATA NÚMERO 90/XIV/2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Sousa (PS)
Eduardo Barroco De Melo (PS)
Fernando José (PS)
João Paulo Pedrosa (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Nuno Sá (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sílvia Torres (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Carla Barros (PSD)
Clara Marques Mendes (PSD)
Helga Correia (PSD)
Lina Lopes (PSD)
Maria Germana Rocha (PSD)
Ofélia Ramos (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Isabel Pires (BE)
José Moura Soeiro (BE)
Diana Ferreira (PCP)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Martina Jesus (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Carla Madureira (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Sandra Pereira (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
